

PARTE IV

PUBLICAÇÕES A PEDIDO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

A BEM MULHER – DIREITOS E DIVERSIDADES, CONVOCA, todas as associadas para a realização da Assembleia Geral Extraordinária, no dia 21 de maio de 2.025, às 15:00hs em primeira convocação com um quorum mínimo de 2/3 (dois terços) de seus/suas membros efetivos/as, e as 15:30hs em segunda convocação com qualquer número de presentes. A Assembleia ocorrerá na Rua Guaratuba, 375 - Vila Sobrinho, Campo Grande - MS, a fim de ser deliberados e discutidos a seguinte ordem do dia:

1. Filiação de novos associados;
2. Alteração do Estatuto Social;
3. Eleição e Posse da nova Diretoria e do Conselho Fiscal;
4. Outros assuntos de interesse geral.

Campo Grande-MS, aos 08 (oito) dias do mês de maio de 2.025.

Cristiane Pinheiro Duarte
Diretora Geral

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

WILLIAN FREITAS, Presidente do Sindicato dos Funcionários e Servidores Municipais de Campo Grande - MS, usando das atribuições do cargo estabelecidas no estatuto social, **CONVOCA** os servidores efetivos da carreira dos Profissionais em Serviços de Assistência Social, para uma Assembleia Geral Extraordinária que será realizada na sede do SISEM, sito à Rua Otaviano de Souza nº. 58 - Bairro Monte Líbano, em Campo Grande/MS, no próximo dia 14.05.2025 (quarta-feira), às 18h30min em 1ª Convocação, e às 19h, em 2ª Convocação. A presente Assembleia Geral Extraordinária poderá ser encaminhada e deliberada observando o quórum estatutário, ou seja, a Assembleia instalar-se-á e funcionará, em primeira convocação, com a presença de 2/3 (dois terços) dos associados e, em segunda e última convocação, com qualquer número de

associados presentes, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: 1. Discussão e deliberação da proposta de reajuste salarial apresentada pelo executivo; 2. Discussão e deliberação sobre paralisação de advertência. Campo Grande/MS, 12 de maio de 2025.

REQUERIMENTO

BONATTO & BONATTO LTDA torna público que requereu à Agência Municipal de Meio Ambiente e Planejamento Urbano - PLANURB a Licença Ambiental na Modalidade **LICENÇA DE OPERAÇÃO - RENOVAÇÃO** para atividade de **COMÉRCIO VAREJISTA DE COMBUSTÍVEIS E SERVIÇOS DE TROCA DE ÓLEO** localizada à **AVENIDA COSTA E SILVA, 2560, VILA MACIEL** no município de Campo Grande -MS.

REQUERIMENTO

TRADIÇÃO DA CARNE LTDA torna público que requereu à Agência Municipal de Meio Ambiente e Planejamento Urbano - PLANURB a Licença Ambiental na Modalidade **LICENÇA OPERAÇÃO - RENOVAÇÃO** para atividade de **FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE CARNE (LINGUIÇA, CHARQUE, EMBUTIDOS E OUTROS) ACIMA DE 360 m²**. Localizada à **Rua Luis Braille nº 587, MONTE CASTELO**, município de Campo Grande -MS.

REQUERIMENTO

VALDEMIR GONÇALVES-ME torna públicos que requereu à secretaria Municipal de Meio Ambiente e Gestão urbana - SEMADUR a Renovação da Licença Ambiental Simplificada para atividade de **COMÉRCIO VAREJISTA DE PEÇAS USADAS PARA VEÍCULOS AUTOMOTORES**, localizada na Rua Hélio Castro Maia n. 260, Município de Campo Grande - MS.

**BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 31 DE DEZEMBRO DE 2023**

(Valores expressos em milhares de reais)

ATIVO	Nota Explicativa	2023		Ajuste	2023
		2024	(Reapresentado)		
Circulante		75.546	61.932		61.932
Caixa e Equivalente de Caixa	5	9.438	14.422		14.422
Créditos a Receber de Prestação de Serviços	6	33.258	28.321		28.321
Clientes a Receber		833	618		618
SUS a Receber		28.010	24.262		24.262
Convênios Particulares		11.562	9.415		9.415
(-) Prov. Para Créditos de LÍq. Duvidosa		-7.147	-5.974		-5.974
Outros Créditos a Receber	7	14.345	4.920		4.920
Arrendamento		0,6	0,6		0,6
Estoques	8	17.714	13.593		13.593
Despesas Exercício Seguinte		790	676		676
Não Circulante		95.530	103.702		343.219
Bloqueio / Depósitos Judiciais	10	5.793	6.255		6.255
Cotas de Capital	11	152	137		137
Imobilizado	2.4 / 9	72.583	70.941	-239.517	310.458
Conta de Compensação	12	17.001	26.369		26.369
Total do Ativo		171.076	165.634		405.151

BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

PASSIVO	Nota Explicativa	2023		Ajuste	2023
		2024	(Reapresentado)		
Circulante		206.439	203.891		203.891
Empréstimos e Financiamentos	13	16.141	25.879		25.879
Fornecedores	14	71.647	65.674		65.674
Obrigações Pessoal (Salário + Provisões)	15	42.788	41.536		41.536
Obrigações Fiscais	16	66.192	64.923		64.923
Outras Obrigações	17	9.670	5.879		5.879

Não Circulante		462.523	351.899	351.899
Empréstimos e Financiamentos	13	240.776	141.058	141.058
Prov. Cíveis e Trabalhistas / Fornecedores	19	32.323	9.732	9.732
Impostos Parcelados	18	189.425	201.109	201.109
Patrimônio Líquido		-497.886	-390.155	-150.638
Patrimônio Social	2.4 / 20	2.372	2.372	-239.517
Déficit Acumulado	21	-446.405	-446.405	-446.405
Superávits Acumulado	21	27.509	-	-
Superávit / Déficit do Exercício	21	-98.364	27.509	27.509
Conta de Compensação	12	17.001	26.369	26.369
Total do Passivo		171.076	165.634	405.151

As notas explicativas fazem parte das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO SUPERÁVIT OU DÉFICIT FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

RECEITA	Nota Explicativa	2023		2023
		2024	(Reapresentado)	
Receitas de Serviços Hospitalares	24	485.816	471.966	471.966
Subvenções, Convênios e Contribuições	24	26.796	7.083	7.083
Outras Receitas Operacionais	24/27	7.573	6.937	6.937
(-) Deduções de Receita	24	-394	-371	-371
Receita Operacional Líquida		519.791	485.614	485.614
Custos dos Serviços Prestados	Nota Explicativa	2023		2023
		2024	(Reapresentado)	
Pessoal Não Médico Assistencial		148.514	124.642	124.642
Pessoal Médico	25	80.530	74.389	74.389
Materiais e Medicamentos Assistenciais	25	96.515	88.141	88.141
Serviços de Terceiros Assistenciais	25	104.801	95.621	95.621
Custo dos Serviços Prestados		430.360	382.793	382.793
RESULTADO BRUTO		89.431	102.822	102.822
DESPESAS OPERACIONAIS	Nota Explicativa	2023		2023
		2024	(Reapresentado)	
DESPESAS ADMINISTRATIVAS				
Pessoal CLT Não Assistencial	26	62.123	53.092	53.092
Materiais de Consumo e Manutenção	25	13.671	12.322	12.322
Serviços Gerais	25	14.587	11.318	11.318
Energia Elétrica, Água, Telefone e Internet	26	10.186	8.880	8.880
Depreciação	2.4 / 26	9.172	11.386	-311
Seguros, Taxas, Cursos e Outras Despesas	26	10.351	4.928	4.928
Reversão PCLD – Reversão Juros / Multa (PGFN)	26	-8.334	-74.359	-74.359
Despesas Financeiras	27	77.501	46.501	46.501
Total de Despesas Operacionais		189.258	74.068	-311
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS		-99.827	28.754	28.442
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS	Nota Explicativa	2023		2023
		2024	(Reapresentado)	
Ganhos Patrimoniais		1.464	-	-
Perdas Patrimoniais		-	932	932
DESPESA NÃO OPERACIONAL		-98.364	27.822	-311

As notas explicativas fazem parte das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA MÉTODO DIRETO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA	2024	2023
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
(+) Resgate de Aplicações Financeiras	27.589	23.379
(+) Recebimento de Juros de Aplicações Financeiras	1.524	1.350
(+) Outros Recebimentos Operacionais	490.753	470.739
(-) Pagamento a Fornecedores/Prest. de Serviço de Saúde	86.286	79.098
(-) Pagamento de Pessoal	253.280	220.402
(-) Pagamento de Serviços Terceiros	21.304	21.985
(-) Pagamento de Tributos	21.081	5.040
(-) Pagamento de Contingências (Cíveis/Trabalhistas/Tributárias)	4.022	3.214
(-) Aplicações Financeiras	9.402	14.391
(-) Outros Pagamentos Operacionais	178.817	124.732
Caixa Líquido das Atividades Operacionais	-54.324	26.606
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
(-) Pagamento de Aquisição de Participação em Outras Empresas	-	-
(-) Pagamento de Aquisição de Ativo Imobilizado – Hospitalar	-	8.799
Caixa Líquido das Atividades de Investimentos	-	8.799
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
(+) Recebimento – Empréstimos/Financiamentos	256.000	-
(+) Outros Recebimentos da Atividade de Financiamento	22.489	19.216
(-) Pagamento de Juros – Empréstimos/Financiamentos/Leasing	40.557	36.765
(-) Pagamento de Amortização Empréstimos/Financiamentos/Leasing	155.640	-
(-) Outros Pagamentos da Atividade de Financiamento	31.887	14.042
Caixa Líquido das Atividades de Financiamento	50.405	-31.591
VARIACÃO LÍQUIDA DO CAIXA	-3.920	3.814
CAIXA – Saldo Inicial	3.956	142
CAIXA - Saldo Final	36	3.956
Ativos Livres no Início do Período (*)	14.422	9.463
Ativos Livres no Final do Período (*)	9.438	14.422
Aumento / (Diminuição) nas Apl. Finan. – RECURSOS LIVRES	-4.984	4.959

As notas explicativas fazem parte das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(Valores expressos em milhares de reais)

Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido (Passivo a Descoberto)	Patrimônio Social	Reserva de Capital	Reserva de Investimentos	Reserva de Reavaliação	Déficits Acumulados	Total
Em 01 de Janeiro de 2023	2.372	-	-	243.324	-450.211	-204.517
Patrimônio Social	-	-	-	-	-	-
Ajustes de exercícios anteriores	-	-	-	-	-	-
Realização da reserva de reavaliação	-	-	-	-3.808	3.808	-
Realização da reserva de investimento	-	-	-	-	-	-
Superávit/Déficit do exercício	-	-	-	-	27.510	27.510
Em 31 de Dezembro de 2023	2.372	-	-	239.516	-418.894	-177.007
Em 31 de Dezembro de 2023 (Reapresentado)	2.372	-	-	-	-418.894	-416.522
Patrimônio Social	-	-	-	-	-	-
Ajustes de exercícios anteriores	-	-	-	-	-	-
Realização da reserva de reavaliação	-	-	-	-	-	-
Realização da reserva de investimento	-	-	-	-	-	-
Superávit/Déficit do exercício	-	-	-	-	-98.364	-98.364
Em 31 de Dezembro de 2024	2.372	-	-	-	-517.258	-514.886

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES

ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	2024	2023 (Reapresentado)	2023
Resultado Líquido do Período	-98.364	27.510	27.510
(+/-) Outros Resultados Abrangentes	-	-	-
Variacão de Reserva de Reavaliacão	-	-	3.808
Aiuste de Avaliacão Patrimonial	-	-	-
(+/-) Resultados Abrangentes de Empresas Investidas (quando reconhecidas)	-	-	-
Aumento / Diminuicão Aplic. Financeira – Recursos Livres	-98.364	27.510	31.318

As notas explicativas fazem parte das demonstrações contábeis

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Associação Beneficente Santa Casa de Campo Grande, entidade mantenedora e administradora do Hospital de Caridade “Santa Casa”, instituição de direito privado, com fins filantrópicos, de educação e assistência social, fundada em 03 de junho de 1919, reconhecida como utilidade pública municipal pela lei nº. 650 de 26 de novembro de 1959, utilidade pública estadual pela lei nº 1227 de 25 de julho de 1959 e utilidade pública federal pela lei nº. 62.252 de 14 de fevereiro de 1968, detentora do CNAS – Certificado Nacional Assistência Social, tem como missão prover assistência à saúde por meio de uma gestão que garanta filantropia com sustentabilidade, aprimorando a qualidade e o ensino.

Tem seus valores definidos em: respeito à vida trabalhando em prol do bem-estar e da dignidade do indivíduo, gestão responsável priorizando a ética, sustentabilidade e transparência na gestão dos recursos, orgulho de pertencer preservando a história da instituição, cultura justa adotando uma postura de inclusão, acolhimento e igualdade, atenção aos detalhes realizando tudo com empenho e qualidade, melhoria continua no aprendizado constante e no desenvolvimento de novas soluções em saúde.

Sua visão é fortalecer a posição como centro de referência na prestação de serviço médico-hospitalar e ser reconhecido pelo modelo assistencial de qualidade, gestão, ensino em saúde.

A Santa Casa possui sua unidade hospitalar em Campo Grande no estado de Mato Grosso do Sul prestando serviços de reconhecida relevância, sendo essencial para a comunidade e até mesmo para o poder público pois fornece serviços especializados, atendendo não só a capital, como os municípios do Estado de Mato Grosso do Sul, seus vizinhos e até mesmo outros países.

Em 02 de janeiro de 2023, tomou posse a nova diretoria eleita para o triênio 2023/2024/2025, composta: Presidente: Alir Terra Lima, Vice-presidente Jary de Carvalho e Castro, Diretor-Secretário: Heitor Miguel Scheibeler, Diretor-Secretário Adjunto: Ivan Araújo Brandão, Diretor Financeiro: Marcos Alceu da Silva Villalba, Diretor Financeiro Adjunto: Paulo Guilherme Gutierrez Mariozza.

Em 31 de dezembro de 2024 a Santa Casa apresentou prejuízo no montante de -R\$ 98.364 (noventa e oito milhões trezentos e sessenta e quatro mil), patrimônio líquido negativo em -R\$ 514.888 (quinhentos e quatorze milhões oitocentos e oitenta e oito mil) e seu passivo circulante excede seu ativo circulante em R\$ 130.893 (cento e trinta milhões oitocentos e noventa e três mil).

A Entidade buscando o reequilíbrio financeiro e está em tratativa com o poder público, buscando o equilíbrio do contrato de prestação de serviços do SUS junto a SESA. A Entidade também procedeu ajuizamento contra os entes (Federal, Estadual e Municipal) através do processo n. 0011589-50.2016.4.03.6000, processo esse que se refere ao equilíbrio econômico financeiro do contrato do SUS, julgado procedente e reconheceu a existência do desequilíbrio financeiro, condenando os Réus a, solidariamente, pagar o montante de R\$ 275.593 (duzentos e setenta e cinco milhões quinhentos e noventa e três mil), referente ao período compreendido entre 07 de outubro de 2011 e maio de 2018, estabelecendo ainda, quanto as parcelas a vencer a partir de junho de 2018, que sua apuração se dará por arbitramento, o valor principal referente à parte líquida da condenação constante na sentença, devidamente atualizado, perfaz o montante de R\$ 667.878 (seiscentos e sessenta e sete milhões oitocentos e setenta e oito mil).

Procedeu também com ajuizamento de ação contra o Município de Campo Grande, através do processo n. 0834777-67.2020.8.12.0001, referente ao repasse da Lei Federal nº 13992 de 22 de abril de 2020, pandemia, que determinou o pagamento integral dos valores dos tetos de produção, porém o Município de Campo Grande, emitiu uma portaria contrariando o descrito na lei e efetuou pagamento através de médias históricas. Processo este que a Santa Casa obteve ganho do valor não repassado corrigido, que hoje perfaz o montante de R\$ 46.381 (quarenta e seis milhões trezentos e oitenta e um mil).

Procedeu ainda ajuizamento junto à União Federal, buscando equiparação da tabela SUS frente a tabela TUNEP, através do processo n. 1011917-13.2023.4.01.3400, esse processo visa a unificação dos valores pagos pelo SUS frente a tabela TUNEP.

A Entidade está ainda buscando redução de custos, melhora continua nos processos de compras, buscando sempre o menor preço e qualidade dos produtos ofertados.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2.1 Declaração de Conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas e apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como a Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76, atualizada pela Lei 9.457, de 5 de maio de 1997, Lei nº 11.638/2007, MP 449/2008, e respectivas alterações introduzidas na referida Lei, do Código Civil Brasileiro, Lei nº 10.406/2002 e das demais normas complementares, da Resolução CFC. 926/2001 que alterou a Resolução CFC 877/2000 e pela resolução 966/2003 que aprovou a NBC T 10.19 a Resolução CFC N.º 1.330/11 que aprovou a ITG 2000 – Escrituração Contábil, conforme adotado no Brasil por meio de aprovação do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e Resolução CFC 1.409/12 que aprova a ITG 2002 – Entidade sem Finalidade de Lucros, ou seja, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (CNAS - MDS).

2.2 Base de Mensuração

As informações contábeis foram preparadas com base no custo histórico. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão definidas a seguir.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade. Todas as informações contábeis apresentadas em Real foram arredondadas para o decimal mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro – Reapresentação

São demonstrados em seu balanço patrimonial, o resumo das demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 originalmente apresentadas e reapresentadas, em conformidade com o CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro.

3. RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

3.1 Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais adotados para a elaboração das demonstrações contábeis são as seguintes:

3.2 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso, pela Administração da Entidade de estimativas e premissas que afetam os saldos ativos e passivos e outras transações. Sendo assim, nas demonstrações contábeis podem ser incluídas diversas estimativas referentes a ajustes a valor presente, perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa, vida útil do ativo imobilizado e provisões necessárias para passivos contingentes, para calcular projeções para determinar a recuperação de saldos do imobilizado. Como o julgamento da Administração envolve a determinação de estimativas relacionadas à probabilidade de eventos futuros, os resultados reais eventualmente podem divergir dessas estimativas.

As principais estimativas são relacionadas com a determinação de taxas de depreciação do ativo imobilizado, perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa, provisões para desembolsos originados de processos administrativos e judiciais.

4. DIREITOS E OBRIGAÇÕES

Os direitos e obrigações da entidade estão em conformidade com seus efetivos valores reais, através de títulos de créditos, documentos contábeis e instrumentos contratuais legais e usuais, o Ativo Realizável e o Passivo Exigível estão apresentados em prazo inferior a 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, como circulante.

5. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

As disponibilidades pertencentes à Entidade são representadas pelos recursos mantidos em espécie na sua tesouraria, pelos saldos de livre movimentação dos depósitos bancários à vista e pelas aplicações financeiras de curto prazo. Os saldos bancários e as aplicações de liquidez imediata são mantidos em instituições financeiras no País, autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

As aplicações financeiras são representadas por títulos vinculados ao mercado financeiro e estão demonstradas pelo valor da aquisição, acrescidas dos rendimentos incorridos até a data do encerramento das demonstrações contábeis, em conformidade com seu Estatuto Social, atendendo sua finalidade principal – a Filantropia/Beneficência.

Caixa e Equivalente de Caixa (Valores em R\$ mil)	2024	2023
Caixa	26.883	15.954
Banco Conta Movimento	9.060	15.487
Aplicações Financeiras	9.401.907	14.391.063
Total ==>	9.437.851	14.422.504

6. CRÉDITOS A RECEBER DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

São registrados nesta conta os créditos oriundos de prestação de serviço hospitalar com convênios, particulares e SUS (Sistema Único de Saúde).

Créditos a Receber de Prestação de Serviços (Valores em R\$ mil)	2024	2023
Convênios a Receber	8.490.509	6.349.859
Recurso de Glosa	6.250.724	5.838.994
(-) Valores em Trânsito Convênio	-3.179.161	-2.773.486
(-) Provisão Perda Sobre Crédito - Convênios	-5.591.187	-5.482.638
(-) Provisão Perda Sobre Crédito - Glosa	-1.555.583	-491.820
SUS a Receber	28.011.105	24.263.515
(-) Valores em Trânsito SUS	-1.165	-1.165
Clientes a Receber	1.955.301	1.755.139
Funcionário a Receber	235.679	220.965
(-) PCLD Clientes a Receber	-1.358.348	-1.358.348
Total ==>	33.257.873	28.321.013

7. OUTROS CRÉDITOS

Encontram-se registrados nesse grupo, títulos a receber oriundos de operações com cartão de crédito e recebimentos em cheques pré-datados e arrendamentos.

Bens e Títulos a Receber (Valores em R\$ mil)	2024	2023
Notas Promissórias	-	46.387
Cheques a Receber	-	87.163
Cartões a Receber	411.791	446.046
(-) Provisão Para Perdas Sobre Créditos	-	-133.549
Adiantamento a Funcionários	964.242	1.106.231
Adiantamentos a Terceiros	81.469	1.078.180
Adiantamento a Fornecedores	12.887.321	2.289.154
Total ==>	14.344.823	4.919.611

8. ESTOQUES

Os estoques são representados basicamente por materiais de uso hospitalar, medicamentos e drogas, e estão avaliados pelo custo médio de aquisição, inferiores aos custos de reposição e aos valores de realização.

Os estoques obsoletos são registrados em conta específica, que são os produtos que estão a mais de 12 meses sem movimentação, conforme preconiza o CPC 16.

São também registrados nesse grupo o empréstimo (concedido) de medicamentos realizado entre as unidades de saúde de Campo Grande, para atender as urgências e emergências das outras instituições.

Estoques (Valores em R\$ mil)	2024	2023
Almoxarifado Patrimônio	2.942.985	2.333.915
Almoxarifado Farmácia	6.994.626	4.525.900
Almoxarifado Alimentício	186.364	279.357
Almoxarifado Manipulação	280.699	346.634
Almoxarifado OPMES	856.870	766.077
Almoxarifado Gráfica	4.483	5.360
Almoxarifado Banco de Olhos	75.829	80.430
Almoxarifado Nutrição Enteral	47.133	171.444
Almoxarifado Unidades	272.987	193.677
Almoxarifado Manutenção	521.726	290.757
Almoxarifado Lactário	143.693	43.079
Almoxarifado Parenteral	86.442	43.791
Almoxarifado Centro Cirúrgico	374.535	374.416
Almoxarifado Central Material Esterilização	528	14.083
Almoxarifado Material e Medicamento	1.883.546	1.385.926
Almoxarifado P.S	160.066	112.886
Almoxarifado Lavanderia	3.874	287.505
Almoxarifado SESMT	125.765	54.514
Almoxarifado Engenharia Clínica	474.528	452.589
Total ==>	15.436.678	11.762.340
Estoques	2024	2023
Empréstimo Concedido	2.726.940	2.133.071
(-) Estoque Obsoleto	-449.303	-302.465
Total ==>	2.277.637	1.830.606
TOTAL ESTOQUES	17.714.315	13.592.946

9. IMOBILIZADO

O ativo permanente de uso próprio compreende equipamentos, móveis, máquinas e utensílios, tendo sua depreciação ou amortização calculadas pelo método linear, mediante a aplicação de taxas que levam em conta o tempo de vida útil do bem.

O imobilizado é demonstrado ao custo histórico, deduzido pela depreciação acumulada e perdas de redução de valor recuperável acumuladas, quando aplicável.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela dedução entre os recursos advindos da venda e o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos o valor líquido dos custos de transação no resultado do período.

Gastos subsequentes são capitalizados somente quando geram benefícios econômicos futuros associados e possam ser avaliados com confiabilidade.

Imobilizado (Valores em R\$ mil)	2023					2024	
	Saldo Anterior	Aquisições / Reavaliações	Baixas	Estorno de Baixas	Depreciação Acumulada	Saldo Atual	Taxa Deprec.
Edificações e Benfeitorias Ambulatório Mato Grosso	29.329	-	-	-	(18.353)	10.976	0%
Terrenos	22.000	-	(22.000)	-	-	-	0%
Instalações	2.499	-	-	-	(2.499)	(0)	0%
Equipamentos Eletro médicos	18.850.216	7.488.266	(368.000)	463.784	(4.017.560)	22.416.706	36%
Equipamentos de Apoio	345.459	112.389	-	-	(46.153)	411.695	1%
Equipamentos de Infra Estrutura	10.201	2.209	-	-	(1.110)	11.300	0%
Equipamentos Gerias	3.441.626	516.671	-	-	(807.365)	3.150.932	5%
Instrumental	2.147.442	100.231	-	-	(706.159)	1.541.514	2%
Maq. / Equipamentos Eletr. Proc. Dados	1.197.363	308.013	(243.030)	2.590	(169.508)	1.095.429	2%
Móveis e Utensílios	3.525.149	549.044	(30.000)	3.616	(764.897)	3.282.913	5%
Veículos	130.169	-	-	-	(67.197)	62.972	0%
Chácara Santo Antonio	31.545	-	-	-	(10.025)	21.520	0%
Complexo Avenida Mato Grosso	18.182.599	-	-	-	(597.136)	17.585.463	28%
Complexo Eduardo Santos Pereira	13.074.599	-	-	-	(1.341.341)	11.733.258	19%
Colégio Osvaldo Cruz	577.214	-	-	-	(128.646)	448.569	1%
Imóvel 13 de Maio	1.000.000	-	-	-	(17.749)	982.251	2%
Software	93.291	-	-	-	(2.521)	90.770	0%
Total ==>	62.660.701	9.076.823	(663.030)	469.990	(8.698.217)	62.846.267	

Imóveis em Construção (Valores em R\$ mil)	2023		2024	
	Saldo Anterior	Aquisições	Baixas	Aquisições
Reforma Osvaldo Cruz	4.661.259	-	-	4.661.259
Reforma do Setor de Banco de Leite	6.700	-	-	6.700
Reforma ProntoMed	39.236	-	-	39.236
Total ==>	4.707.195	(1)	-	4.707.195

Participação em outras empresas (Valores em R\$ mil)	2023				2024	
	Saldo Anterior	Aquisições	Baixas	Transferências	Depreciação Acumulada	Saldo Atual
Participação em Outras Empresas	625.889	-	(6.259)	-	-	619.630
Total ==>	625.889	-	(6.259)	-	-	619.630
Total Geral ==>	67.993.786	9.076.822	(669.289)	469.990	(8.698.217)	68.173.092

9.1 REAVALIAÇÃO IMOBILIZADO

Em 2017 foram realizadas reavaliações dos bens imóveis da entidade, visando estabelecer valores atuais dos bens avaliados, através de levantamento e valoração dos bens de sua propriedade, foram conduzidos e efetuados observando o parágrafo 3º do artigo 182 da Lei nº 6.404/76, a NPC – Normas e Procedimentos de Contabilidade NPC 24 – Reavaliação de Ativos expedida pelo Ibracon, as Normas Brasileiras para Avaliação e Valoração, editadas pelo IBAPE – Instituto Brasileiro de Avaliações e Perícias de Engenharia, pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, NBR 14653, partes 1-3 e especificamente a norma ABNT – NBR 08977, substituída pela NBR 14653 de 5/2006 – Avaliação de Bens, Máquinas, Equipamentos; obedecerá também o Pronunciamento Técnico CPC 27 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis e alterações, o Pronunciamento do IBRACON (NPC 24) e a Deliberação CVM nº 592, de 15 de setembro de 2009, a resolução CFC nº 1.428/2013 que aprova a NBC TG 46 (R1) – Mensuração do Valor Justo, a NBC TG 27 (R1 e R2), NBC TG 19.6 e alteração do CFC – Conselho Federal de Contabilidade que versa sobre o assunto, e demais legislações específicas do assunto.

Ajustando desta forma o valor contábil de seu imobilizado em 29/12/2017 por meio de laudo técnico, conforme o quadro Demonstrativo da Contabilização da Valoração dos Bens Imóveis da Santa Casa, de acordo com os termos do artigo 35 e 39 do CPC 27, onde se apresentam os seguintes imóveis: Colégio Osvaldo Cruz R\$ 9.984.676, Terreno Av. Bandeirantes R\$ 325.015, Chácara Santo Antônio R\$ 1.036.552, Complexo Mato Grosso R\$ 75.252.948, Complexo Eduardo Santos Pereira R\$ 157.089.765, Terreno 13 de Maio R\$ 1.800.677.

Em resumo totalizando R\$ 245.489.633 (duzentos e quarenta e cinco milhões quatrocentos e oitenta e nove mil seiscientos e trinta e três reais) em seu imobilizado.

10. BLOQUEIOS / DEPÓSITOS JUDICIAIS E FISCAIS

Encontram-se registrados neste grupo os depósitos por determinação judicial oriundos de processos trabalhistas e cíveis, perfazendo em 31 de dezembro de 2024 o montante de R\$ 3.884.127 (três milhões oitocentos e

oitenta e quatro mil cento e vinte e sete reais), encontram-se ainda registrados neste grupo Bloqueios Judiciais em contas correntes da entidade que em 31 de dezembro de 2024 perfaz o montante de R\$ 1.908.563 (um milhão novecentos e oito mil quinhentos e sessenta e três reais).

Depósitos Judiciais e Fiscais (Valores em R\$ mil)	2024	2023
Depósitos Judiciais e Fiscais - Cíveis	3.764.965	3.818.868
Depósitos Judiciais e Fiscais - Trabalhistas	119.162	119.162
Subtotal ==>	3.884.127	3.938.030
Bloqueio Judiciais	1.908.563	2.317.324
Total ==>	5.792.690	6.255.353

11. COTAS DE CAPITAL

Encontram-se registrados neste grupo as cotas de capital do não circulante.

Cotas de Capital (Valores em R\$ mil)	2024	2023
Banco Sicredi (0911 / 24137-7)	102.295	91.456
Banco Sicredi (0913 / 48202-1)	2.933	2.722
Banco Uniprimi (19515-4)	5.570	5.570
Sicoob (4027/40013363-6)	19.365	15.914
Sicoob (4354 8497-2)	22.127	21.232
Total ==>	152.291	136.895

12. CONTAS DE COMPENSAÇÃO

Encontra-se registrados nesta conta os valores oriundos de convênios celebrados com entidades públicas e privadas, que em 31 de dezembro 2024 perfazem o montante de R\$ 17.001.317 (dezessete milhões um mil trezentos e dezessete reais).

Compensação (Valores em R\$ mil)	2024	2023
Convênio 916/2002	-	1.384.787
Convênio Mace Moderna ASS ENS	164	164
Convênio 776578/2012	-	23.783
Convênio 766208/2011	-	9.042.166
Cegran Centro de Ensino Campo Grande	9.360	9.360
Convênio 798931/2013	-	1.000.011
Convênio 801254/2014	-	268.648
Convênio 23337/2014	-	20.000
Compensação PIS Proc. 0006788-33.2012.4.03.6000	300.829	300.829
Precatório 160133466.2018.8.12.0000	1.694.790	1.694.790
Convênio 877455	-	44.816
Consesp Conc. Res. Medicas	98.100	98.100
Convênio 801.302/2014 Ministério da Saúde	-	1.799.983
Repasso Nº 8586062017 MS Caixa	-	299.460
Pitágoras Sistema de Educação Superior	113.556	-
Convênio 1700 2024	5.000.000	-
Total ==>	7.216.799	15.986.898
Bens em Comodato (Valores em R\$ mil)	2024	2023
Prefeitura Municipal de Campo Grande - SESAU	124.400	124.400
INTO - Instituto Nacional Traumatologia	2.870.493	2.870.493
Estado Mato Grosso do Sul - SES	438.617	476.019
Ministério da Saúde	40.187	40.187
Hospital Regional	30.485	30.485
Antonio Moraes dos Santos	409.658	449.644
Samtronic Industria e Comercio LTDA	146.450	148.000
Equipamed Equipamentos Médicos LTDA	60.000	60.000
Nacional Comercial Hospitalar LTDA	27.506	27.506
Laboratórios B Braun S A	1.693.761	1.693.761
Exitusmed Comercio Produtos Médicos Hospitalares	40.100	40.100
Expressa Distribuidora de Medicamentos LTDA	24.481	24.481
Souza Comercio de Produtos Nutric. e Hospitalares EIRELI	-	671.600
3M do Brasil LTDA	156.979	288.979
First Medical Service LTDA	3.568.000	3.436.000
Ross Medical	153.400	-
Total ==>	9.784.517	10.381.656
Total Geral ==>	17.001.317	26.368.554

13. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A PAGAR

São registrados pelo valor principal, acrescido dos encargos financeiros proporcionais até o último dia do mês base.

Em 14 de novembro de 2019 a entidade optou por realizar um empréstimo junto ao banco SICOB Credicom no montante de R\$ 10.000.000 (dez milhões de reais), a taxa de juros efetiva mensal de 0,55%, com prazo de amortização em 84 meses.

Em 29 de julho de 2021 a entidade optou por realizar um empréstimo junto ao banco Daycoval no montante de R\$ 3.200.000,00 (três milhões e duzentos mil reais), a taxa de juros efetiva mensal 1,37%, com prazo de amortização em 48 meses.

Em 04 de agosto de 2021 a entidade optou em realizar um empréstimo junto ao banco Daycoval no montante de R\$ 12.000.000,00 (doze milhões de reais), a taxa de juros efetiva mensal 1,33%, com prazo de amortização em 48 meses.

Em 11 de janeiro de 2022 a entidade optou em realizar um empréstimo junto ao banco Caixa Econômica Federal no montante de R\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de reais), a taxa de juros efetiva mensal 2,30%, com prazo de amortização em 120 meses.

Em 17 de janeiro de 2024 a entidade optou em realizar um empréstimo junto ao banco Caixa Econômica Federal no montante de R\$ 248.000.000,00 (duzentos e quarenta e oito milhões), a taxa de juros efetiva mensal 1,36% com prazo de amortização em 120 meses. Com a aquisição do mesmo foram realizadas amortizações dos empréstimos com a CEF sob o contrato de nº 10.4314.7300.1200337 e nº 1406077.

Em 20 de fevereiro de 2024 a entidade optou em realizar um empréstimo junto ao Banco Daycoval no montante de R\$ 8.000.000,00 (oito milhões), a taxa de juros efetiva mensal 1,56% com prazo de amortização em 60 meses.

Empréstimos e Financiamentos Circulante (Valores em R\$ mil)				
	Nacional	% Taxa de Juros	2024	2023
Sicoob Credicom Nº 840379		1,53%	1.614.871	1.376.335
Banco Bradesco Financiamento			-	83.159
Caixa Contrato Nº10.4314.7300.1200337		2,93%	-	16.216.300
Banco Daycoval Nº96739-6		1,37%	533.333	869.667
CEF 10 4314 610 0000015 13 Empréstimo		1,36%	10.009.766	-
Empréstimo Banco Daycoval 107777-7		1,56%	1.733.333	-
Banco Daycoval Nº97235-7		1,33%	2.250.000	2.999.900
CEF Contrato N 1406077			-	4.333.333
Total ==>			16.141.304	25.878.695
Empréstimos e Financiamentos Não Circulante (Valores em R\$ mil)				
	Nacional	% Taxa de Juros	2024	2023
Sicoob Credicom Nº 840379		1,53%	1.517.052	3.184.160
Caixa Contrato Nº10.4314.7300.1200337		2,93%	-	106.757.308
Banco Daycoval Nº96739-6		1,21%	-	533.333
Banco Daycoval Nº97235-7		1,21%	-	2.250.100
CEF Contrato N 1406077			-	28.333.333
CEF 10 4314 610 0000015 13		1,36%	234.191.833	-
Banco Daycoval Nº 107777-7		1,56%	5.066.667	-
Total ==>			240.775.552	141.058.235

14. FORNECEDORES

Encontram-se registrados neste grupo os fornecedores de materiais e medicamentos, próteses, prestadores de serviços, e concessionárias (água, luz, telefone).

Fornecedores (Valores em R\$ mil)	2024	2023
Fornecedor Material / Medicamento	32.853.541	17.000.822
Fornecedor Serviço Hospitalar	13.775.561	9.576.447
Fornecedor Prótese	13.949.716	14.226.150
Fornecedor Serviço	6.777.866	5.840.107
Água / Telefone / Luz	4.290.726	19.030.302
Total ==>	71.647.411	65.673.828

15. OBRIGAÇÕES PESSOAL

Encontram-se registrados neste grupo os débitos oriundos da folha de pagamento a funcionários celetistas da Santa Casa, e provisões com férias, devidos até a data de 31 de dezembro de 2024.

Obrigações Pessoal (Valores em R\$ mil)	2024	2023
Salários a Pagar	12.907.150	13.160.346
Férias (Provisões)	29.880.436	28.375.454
Total ==>	42.787.586	41.535.801

16. OBRIGAÇÕES FISCAIS

Encontram-se registrados neste grupo os débitos oriundos de impostos retidos sobre folha de pagamento, FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço), retenções efetuadas de prestadores de serviço, pessoas jurídicas. Encontram-se registrados também parcelamento de tributos e contribuições.

Em 2024 a entidade realizou parcelamento dos impostos junto à receita Federal do Brasil, na modalidade de parcelamento simplificado.

Tributos e Encargos Sociais (Valores em R\$ mil)	2024	2023
FGTS	4.146.745	22.948.465
I.R.	12.009.881	6.098.462
I.S.S.	842.223	3.480.217
PIS, COFINS, CSLL	1.774.300	553.464
I.N.S.S.	6.238.214	3.329.308
Parcelamentos Tributos e Contribuições	41.181.068	28.513.584
Total ==>	66.192.432	64.923.500

a) Reconhecimento de Tributos

Em consonância com o Princípio da Competência, foi registrado na conta de juros e multas os valores relativos aos impostos em atraso no decorrer do ano de 2024.

Tributo	Totalização (Valores em R\$ mil)		
	Multa	Juros	Total
I.R	801.644	69.393	871.036
PIS, COFINS, CSLL	173.000	33.335	206.335
Total ==>	974.643	102.728	1.077.371

17. OUTRAS OBRIGAÇÕES

Encontram-se registrados neste grupo os valores devidos a título de pessoal, indenizações (pensões vitalícias), empréstimos almoxarifado (entre hospitais), eventos e provisões a liquidar SUS (referente ANS), arrendamentos a apropriar e repasses de valores retidos de funcionários.

Outras Obrigações (Valores em R\$ mil)	2024	2023
Outras Obrigações com Pessoal	1.411.762	767.249
Indenizações (Pensões)	2.502.351	429.083
Empréstimo Almoxarifado	3.108.098	2.526.979
Eventos a Liquidar SUS	1.169	1.169
Adiantamento de Clientes	1.442.441	555.433
Repasses	1.203.882	1.599.345
Total ==>	9.669.703	5.879.258

18. IMPOSTOS PARCELADOS NÃO CIRCULANTE

Encontram-se registrados no passivo não circulante os parcelamentos de tributos e contribuições.

Tributos e Encargos Sociais (Parcelamento Não Circulante) (Valores em R\$ mil)	2024	2023
Parcelamento Impostos RFB	33.105.830	26.810.704
Parcelamento Impostos PGFN	154.938.972	136.480.690
Parcelamento FGTS	-	34.937.049
Parcelamento ISS	1.380.175	2.880.010
Total ==>	189.424.978	201.108.454

19. PROVISÕES CONTINGENCIAIS

Conforme determina o CPC 25, que trata das provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, foram constituídos levando - se em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e no posicionamento dos Tribunais. Sempre que a perda for avaliada como provável o que ocasionaria uma saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

Conforme julgamento de nossos consultores jurídicos foi avaliado como Possível de perda o montante de R\$ 246.085 (duzentos e quarenta e seis mil oitenta e cinco reais) de ações trabalhistas.

Provisões Cíveis e Trabalhistas / Fornecedor (Valores em R\$ mil)	2024	2023
Provisão Eventos Liquidar - SUS	3.260	3.260
Provisões Contingenciais Cíveis	-	714.852
Provisões Contingenciais Trabalhistas	246.085	2.871.210
Fornecedores	20.855.412	2.806.242
Outros Débitos	11.217.752	3.336.478
Total ==>	32.322.509	9.732.042

20. PATRIMÔNIO SOCIAL

O patrimônio social da entidade perfaz o montante de R\$ 2.371.805,40 (dois milhões trezentos e setenta e um mil oitocentos e cinco reais e quarenta centavos).

21. SUPERÁVIT / DÉFICIT

No ano de 2023 a entidade encerrou o período com o superávit de R\$ 27.509.965 (vinte e sete milhões quinhentos e nove mil novecentos e sessenta e cinco reais).

No ano de 2024 a entidade encerrou o período com o déficit de -R\$ 98.363.563 (noventa e oito milhões trezentos e sessenta e três mil quintos e sessenta e três reais).

Superávit / Déficit (Valores em R\$ mil)	2024	2023
Superávit / Déficit Acumulados	-418.895.524	-446.404.846
Superávit / Déficit do Exercício	-98.363.563	27.509.321
Total ==>	-517.259.087	-418.895.524

22. ISENÇÕES

Em atendimento ao parágrafo único art. 4º Decreto 2.536 de 06/04/98 e NBC T -10, registra-se nesta NE, que os valores relativos às isenções previdenciárias (INSS Patronal), como se devido fosse gozada durante o ano de 2024 foi de R\$ 69.903.635 (sessenta e nove milhões novecentos e três mil seiscentos e trinta e cinco reais).

Ainda em atendimento a NBC T -10, registra-se nesta NE, que os valores relativos às isenções fiscais (IR, PIS, COFINS, CSLL, ISS), gozadas durante o ano de 2024 foi de R\$ 47.032.277 (quarenta e sete milhões trinta e dois mil duzentos e setenta e sete reais).

Isenções (Valores em R\$ mil)	2024	2023
I.R	-	675.732
PIS / COFINS / CSLL	22.761.195	16.662.364
I.S.S	24.271.082	17.217.110
Total ==>	47.032.277	34.555.206
I.N.S.S	69.903.635	58.059.361
Total Geral ==>	116.935.913	92.614.567

23. GRATUIDADES

Em atendimento as exigências de prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), nos termos do artigo 20 do Decreto nº 8.242 de 23 de maio de 2014, a entidade registrou o percentual de 82,80% (pacientes dia), atendimento decorrente de convênio firmado com o Sistema Único de Saúde – SUS, ou seja, superior a 60% do total da capacidade contratada.

24. RECEITA OPERACIONAL

A Entidade mantém contrato com o Gestor Municipal do SUS (Prefeitura Municipal de Campo Grande), para prestação de serviço médico hospitalar e atendimento aos usuários do SUS (Sistema Único de Saúde) através do convênio nº 03-A, de 02 de junho de 2021 e seus aditivos.

Em 2024 o valor faturado referente a produção e incentivos foi de R\$ 448.732.269 (quatrocentos e quarenta e oito milhões setecentos e trinta e dois mil duzentos e sessenta e nove reais).

Registra-se também os serviços prestados para operadoras de planos de saúde, e de pacientes particulares.

Conforme previsto na ITG 2002, deve ser reconhecido o trabalho voluntário, dos membros integrantes da administração, pelo valor justo da prestação do serviço como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro.

Receita Operacional (Valores em R\$ mil)	2024	2023
Convênios (com desconto de glosa)	28.818.650	22.947.718
Particular	7.870.728	9.269.431
Produção Alta Complexidade	46.903.745	43.951.199
Produção Média Complexidade	62.536.803	61.885.281
Incentivos	206.052.758	179.666.867
Incentivos Pontuais	61.444.720	110.336.815
Emendas Parlamentares	12.856.712	375.000
Piso Enfermagem	23.247.346	7.728.202
Produção Extra Teto	35.690.185	35.433.967
Doações / Cursos	7.474.520	5.060.064

Convênios Escolas	7.022.572	2.022.116
Convênios Estaduais	12.300.000	-
Trabalho Voluntário	3.720.000	-
Total ==>	515.938.739	478.676.660

25. CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS

Registra-se neste grupo os gastos com folha de pagamento de pessoal assistencial, médicos terceirizados/autônomos e as despesas de consumo.

Custo dos Serviços Prestados (Valores em R\$ mil)	2024	2023
Serviços Terceiros	-3.209.675	-4.820.703
Materiais / Medicamentos / Prótese	-84.833.104	-76.652.101
Gerais / Inventário	-11.682.003	-11.488.551
Médicos (Autônomos + PJ + CLT)	-182.121.650	-165.189.316
Pessoal CLT (Salário + encargos + provisões)	-123.404.175	-112.007.960
Piso Enfermagem	-25.109.644	-12.634.850
Total ==>	-430.360.251	-382.793.481

26. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Registra-se neste grupo as despesas com folha de pagamento de pessoal administrativo, as reversões referentes aos convênios, os gastos com serviços prestados de auditoria externa, consultoria e serviços médicos de clínicas e laboratórios.

Conforme previsto na ITG 2002, deve ser reconhecido o trabalho voluntário, dos membros integrantes da administração, pelo valor justo da prestação do serviço como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro.

Despesas Administrativas (Valores em R\$ mil)	2024	2023
PCLD – Estoques / Convenio / Glosa	-1.840.561	-665.029
Reversão PCLD – Convenio / Glosa (FUNSERV)	521.412	8.548.617
Pessoal CLT Não Assistencial (Salário + Encargos + Provisão)	-58.853.647	-53.047.874
Trabalho Voluntário	-3.720.000	-
Água / Luz / Telefone	-10.404.813	-9.118.563
Gerais	-586.415	-750.732
Despesa com Impostos	-257.481	-36.869
Devolução de Recursos Convênios	-2.470.137	-472.406
Indenizações	-4.158.100	-2.466.068
Reversão Provisão Contingencial	2.719.243	721.426
Auditoria / Consultoria	-1.028.622	-449.117
Serviços Terceiros	-22.006.465	-14.555.066
Gerais Estoque / Inventário	-9.009.994	-8.678.148
Depreciação	-9.172.487	-11.386.042
Total ==>	-120.268.067	-92.355.871

27. RESULTADO FINANCEIRO LIQUIDO

Registra-se neste grupo os descontos obtidos de fornecedores, juros e atualização monetária recebidas de clientes.

Assim como os gastos com juros de empréstimos contraídos pela Entidade, multas pagas, os encargos com tributos da Receita Federal e despesas bancárias adquiridas.

Foram realizados parcelamentos e reparcelamentos, gerando assim uma redução considerável em suas despesas com juros, multas e encargos, por conta de uma portaria da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, referente a créditos inscritos na dívida ativa da união, onde obtivemos uma isenção de até 70% sobre o valor de cada inscrição objeto da negociação.

Resultado Financeiro Líquido (Valores em R\$ mil)	2024	2023
Receitas Financeiras Total	1.589.473	1.497.413
Descontos Obtidos	65.639	147.266
Juros / Atualização Monetária	1.360.834	1.350.147
Carteira Itaú	163.000	-
Despesas Financeiras Total	-72.709.710	18.288.039
Descontos Concedidos	-25.613	-67.654
Comissões e Despesas Bancárias	-1.786.433	-30.784
Atualização Monetária	-378.299	-243.618
Juros pagos ou incorridos (RFB / PGFN)	-4.327.607	-4.067.471
Multas / Taxas pagas ou incorridas (RFB / PGFN)	-8.028.750	-9.632.310
Reversão Juros / Multa / Encargos (parcel. PGFN)	4.791.534	64.788.923

Juros Incorridos (FGTS)	-17.359.633	-
Juros Pagos ou incorridos (Bancários / Fornecedores)	-45.342.425	-32.372.997
Multas / Taxas Pagas ou Incorridas	-252.484	-86.050
Total ==>	-71.120.237	19.785.452

28. COBERTURA DE SEGUROS

A Entidade mantém cobertura de seguros para os equipamentos e estoques sujeitos a risco, por montantes julgados suficientes para cobrir eventuais sinistros, de acordo com a natureza das atividades e a orientação de riscos feitos por consultores.

Seguros (Valores em R\$ mil)	Vigência	Coberturas	R\$ Apólice
Conselheiros e Administradores	29/10/2024 à 29/10/2025		200.000.000
Veículo Spin Advantage 1.8 Ano 2017/2018	26/09/2024 à 26/09/2025	100% V.R (FIPE) + Danos materiais e Corporais	320.000
Veículo Doblo 1.4 Ano 2014/2015	22/02/2024 à 22/02/2025		330.000
Prédio Eduardo Santos Pereira	17/11/2024 à 17/11/2025	Incêndio, IDT, Raio e Explosão de QQ natureza	40.000.000
Alunos e Professores	16/05/2024 à 28/02/2025		645.000
Total ==>			241.295.000

29. AJUSTES POR MUDANÇA NAS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Em decorrência das mudanças nas práticas contábeis adotadas no Brasil, as demonstrações contábeis estão apresentadas e foram ajustadas e estão sendo reapresentadas conforme previsto na legislação, normas e interpretações técnicas vigentes, as Práticas Contábeis adotadas no Brasil, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro.

30. REVERSÃO JUROS/MULTAS/ENCARGOS PARCELAMENTO PGFN

Em 2024 a instituição realizou parcelamentos junto à Receita Federal e PGFN (Procuradoria Geral da Fazenda Nacional). Foi publicado através do edital PGDAU nº 2, de 10 de maio de 2024, que tornou pública uma proposta da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, para transação por adesão, nos termos da lei nº 13.988, de 14 de abril de 2020, e da portaria da PGFN nº 6.757, de 29 de julho de 2022, de créditos inscritos em dívida ativa da união.

Em conformidade com o princípio da competência, a Santa Casa tem registrado em conta de resultado de sua contabilidade os juros, multas e encargos decorrentes de impostos em atraso ao longo dos exercícios anteriores.

A adesão ao parcelamento, conforme descrito no art. 6º do edital PGDAU nº 2, resultou em uma redução de até 70% sobre o valor total de cada inscrição objeto da negociação, abrangendo os juros, multas e encargos. Dessa forma, foi realizada uma reversão no montante de R\$ 4.791.534 (quatro milhões setecentos e noventa e um mil quinhentos e trinta e quatro reais).

Campo Grande, MS, 31 de dezembro de 2024.

ALIR TERRA LIMA Presidente CPF 357.217.311-68	MARCOS ALCEU DA SILVA VILLALBA Dir. de Finanças CPF 029.775.671-00	RINALDO HAKME ROMANO Dir. Administração e Finanças CRC-MS 10205/O-4 CNAI 7813 CPF 554.307.591-04	LEONARDO JORDÃO DE ARAUJO Contador CRC-MS 13860/O-2 CPF 012.416.601-66
--	---	---	--

PARECER CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da ABCG, reuniu-se na sala do Colegiado, localizada no prédio de apoio administrativo Eduardo Santos Pereira, sito a rua Rui Barbosa s/nº, nesta capital, com o objetivo de analisar as demonstrações contábeis da Associação Beneficente Santa Casa de campo Grande, que compreende o Balanço Patrimonial e as respectivas Demonstrações do resultado, do resultado Abrangente, das Mutações do patrimônio Líquido e do fluxo de Caixa, referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2024 e o Parecer da Auditoria Externa, deliberou, por reconhecer, após, considerar as notas explicativas integrantes das demonstrações contábeis, as ressalvas e ênfase descritas no Parecer dos Auditores Independentes, que as mesmas estão em condições de serem submetidas a apreciação das Assembleia geral Ordinária, sugerindo aprovação.

Campo Grande, 28 de abril de 2025.

Antônio Urban Filho
Conselheiro Fiscal Titular
Presidente

Edson Alceu Lazaroto
Conselheiro Fiscal Titular
Secretário

Valdir José D'Angol Zanin
Conselheiro Fiscal Titular



Tel.: +55 67 3326 2675
Fax: + 55 67 3326 8714
www.bdo.com.br

Av. Afonso Pena, 5723, 12° andar,
Santa Fé - Campo Grande, MS
Brasil 79031-010

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Administradores e Gestores da
Associação Beneficente Santa Casa de Campo Grande
Campo Grande - MS

Opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da **Associação Beneficente Santa Casa de Campo Grande** (“Entidade/Santa Casa”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos dos assuntos descritos no Parágrafo “Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis”, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Associação Beneficente Santa Casa de Campo Grande** em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis

Ausência de controle de saldo de empréstimo de produtos

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 6 “estoques” e nº 14 “Outras Obrigações”, a Entidade realiza empréstimos (concedido e recebido) de materiais hospitalares e produtos farmacêuticos entre unidades hospitalares de Campo Grande, nos montantes de R\$ 2.726 mil e R\$ 3.108 mil, respectivamente. No entanto, observamos que os relatórios de controle não apresentam o vínculo por título dos produtos emprestados, não sendo possível identificar os empréstimos e suas liquidações, tanto dos empréstimos concedidos como dos recebidos. Dessa forma, não nos foi possível concluir quanto aos respectivos saldos apresentados no ativo e no passivo nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2024.

Ausência de consolidação das demonstrações contábeis

A Entidade não elaborou demonstrações contábeis consolidadas incluindo sua controlada Operadora de Planos Privados de Saúde - Santa Casa Saúde Ltda. De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a controlada deveria ter sido consolidada. Os efeitos decorrentes da não consolidação não foram determinados.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à **Associação Beneficente Santa Casa de Campo Grande**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”) e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Ênfase

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 1, que indica que a Entidade, em 31 de dezembro de 2024, apresentava o passivo circulante excedente ao seu ativo circulante em R\$ 130.893 mil e patrimônio líquido negativo em R\$ 514.888 mil. Essas condições, indicam a existência de incerteza relevante, que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Entidade. O capital circulante líquido negativo, denota a necessidade de recursos financeiros, ou medidas, por parte da Administração, visando proporcionar as condições necessárias para cumprimento das obrigações e continuidade operacional da Entidade, sendo determinadas medidas apresentadas na Nota Explicativa nº 1. Nossa conclusão não está ressalvada em relação a esses assuntos.

Reapresentação dos valores correspondentes

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 2.4, em decorrência a correção de erro, os valores correspondentes ao imobilizado e Reserva de Lucros com estorno da reavaliação, relativos ao balanço patrimonial e as informações relativas as demonstrações do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, apresentados para fins de comparação, foram ajustadas e estão sendo reapresentadas como previsto no CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a este assunto.

Outros assuntos

As demonstrações contábeis originalmente apresentadas da Associação Beneficente Santa Casa de Campo Grande para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foram examinadas por outro auditor independente que emitiu relatório em 29 de abril de 2024, com ressalva sobre o controle dos saldos de empréstimos concedidos e recebidos de medicamentos.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante,

independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campo Grande, 28 de abril de 2025.



BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.

CRC 2 MS 000992-F

José Martins Alves

Contador CRC 1 MS 9938/O-0